

ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE COMPRAS DO 11º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA EM PONTA PORÃ

Artigo de iniciação científica

César Ferro da Silva¹; Douglas Marques de Oliveira² André de Souza Pereira³.

^{1,2,3} Graduandos em Administração pela UEMS, Unidade de Ponta Porã. E-mail: adm_uems2010@hotmail.com

Resumo

Este Artigo tem o Objetivo de esclarecer o funcionamento do sistema de compras por licitação do 11º RC MEC, a fim de averiguar os erros e possíveis soluções no mesmo. A metodologia utilizada foi através de entrevistas informais e visita a unidade. Chegamos à conclusão que o sistema é falho e tem muito que evoluir, pois, o sistema não permite a especificação de marcas e com isso a organização acaba com materiais de baixa qualidade porque o preço menor foi o fator decisivo na escolha e não a qualidade.

Palavras-Chaves: Materiais. Licitação. Fornecimento

1 Introdução

A atividade de compras hoje é de vital importância pelo seu enorme impacto no orçamento de uma organização. De acordo com GAITHER, Norman (Administração da Produção e Operações, 2008, p. 430), “Em média, cerca de 60% do dinheiro de vendas das fábricas é pago a fornecedores por materiais comprados. Por exemplo, os fabricantes de automóveis gastam cerca de 60% de suas receitas em compras de materiais, os fabricantes de implementos agrícolas gastam cerca de 65%, os processadores de alimentos gastam cerca de 70%, e as refinarias de petróleo 80%. E essas porcentagens estão subindo.”.

Por isso é necessário um departamento de compras competente, que seja rápido, dedicado com soluções originais e eficientes. A função principal do departamento de compras é manter um fluxo constante de materiais para que a organização continue com sua produção de bens ou prestação de serviços de maneira eficiente e ao mesmo tempo, reduzindo custos.

O departamento de compras do exército e sua administração de suprimentos é essencial para o funcionamento não apenas do exército, mas também do país. O Exército, sendo o responsável pela defesa e soberania do Brasil, necessita de um eficiente abastecimento de suprimentos para exercer corretamente suas atividades. Esta análise do

sistema de compras procura evidenciar quaisquer problemas que atrapalhem o correto exercício das atividades do 11° RC MEC.

2 Metodologia

Este trabalho consiste de uma pesquisa descritiva, pois busca descrever o funcionamento do sistema de compras do R C MEC de Ponta Porã, MS. Para levantar os dados referentes a compras foi feito uma entrevista informal com o encarregado de contas e controlador de depósito do 11° RC MEC, junto com um levantamento documental, em leis que regem as compras em órgãos públicos.

3 Resultados e Discussão

O sistema de compras nos setores públicos sejam estes municipais, estaduais ou federais além de demonstrar um grande controle de segurança, atualmente estão voltando-se para compras através de licitações, sistema este que no 11° R C MEC (11° Regimento de Cavalaria Mecanizado) é trabalhado principalmente nas modalidades de pregão eletrônico e presencial, carta convite e leilão, feito eventualmente.

O processo tem início com o pedido de materiais de cada seção após o levantamento de suas necessidades. O pedido é encaminhado semestralmente, com as necessidades divididas em meses ao almoxarifado. Como garantia contra quaisquer imprevistos em operações que acarretem falta de suprimentos, são adicionados 20% de acréscimo de materiais ao montante como margem de segurança. Após a aplicação desta margem, é definida a modalidade de compra a ser realizada. O pregão eletrônico é a escolha padrão, a fim de reduzir custos e dar oportunidade a todas as empresas interessadas. A modalidade de carona e apenas usada nos casos de falta de materiais específicos e sem possibilidades de serem adquiridos em pregão eletrônico. Este processo de compras centralizados aplicados no regimento traz alguns problemas. Nas palavras de MONTE ALTO, Clélio Feres (Técnicas de Compras, 2009, p.37), “implicam o incremento da burocracia; aumentam os prazos de suprimento; oneram os custos do processo aquisitivo.”.

No caso do pregão eletrônico o almoxarifado faz um levantamento dos preços do material requisitado em três empresas para ser usado como referência, transformando-os em

documento oficial chamado parte requisitória de abertura de pregão. Após assinado pelo responsável do almoxarifado é encaminhado para SALC (Seção de Aquisição Licitação e Contratos), onde se dá início ao processo licitatório. Este então é encaminhado à assessoria jurídica onde passa pelo processo de homologação e adjudicação, processo que ocorre na cidade de Dourados, MS. Depois de finalizado burocraticamente e definido um preço com as empresas, que devem ser devidamente cadastradas no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), está pronto para ser utilizado. Cabe lembrar que a principal dificuldade que o regimento enfrenta é: como pedir o que ele deseja. Por não ter um catálogo de cada produto que necessita, é necessário fazer uma descrição aproximada do produto, o que na maioria das vezes não é satisfatório. De acordo com MONTE ALTO, Clélio Feres (Técnicas de Compras, 2009, p.44) “Se a empresa possui um sistema de classificação para a maioria dos produtos, o requisitante não terá muita dificuldade; é só pesquisar no catálogo dos produtos e retirar as informações de que necessita. Mas quando isso não acontece, as dificuldades são grandes.” O almoxarifado faz uma parte requisitória de utilização de pregão encaminhando-a novamente para a SALC, onde é confeccionada a nota de empenho, ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição" (Art. 58 da Lei 4.320/64). A posterior da confecção do empenho e assinatura do Ordenador de Despesas, o almoxarifado encaminha-os para as empresas que fecharam com o preço requisitado.

Após o recebimento da nota de empenho, a empresa tem dez dias para fazer a entrega do material. Este prazo é destinado para que a empresa possa adquirir os materiais que não tenha em seu estoque e também para respeitar o tempo de deslocamento das transportadoras. O material deve estar acompanhado de uma nota fiscal originada do empenho para ser realizado o pagamento da empresa, e em total acordo com as especificações do pedido; caso contrário, a entidade militar não é obrigada a recebê-lo.

Depois do recebimento do material de acordo com o pedido, a nota fiscal, juntamente com a nota de empenho é encaminhada para o setor financeiro, onde acontece o processo de liquidação e pagamento juntamente com o Banco do Brasil. O pagamento é efetuado, em no máximo dez dias, nas contas correntes das respectivas empresas.

No caso de necessidade de um material não existente no pregão semestral da unidade, pode ser feita a aquisição de material também com a utilização do pregão de outro órgão público, modalidade esta conhecida como “Carona”. Este método consiste em adquirir o material por uma empresa segura, que tenha fechado com o pregão de outra entidade pelo

preço combinado previamente com esta. Como o pregão é de outra entidade, a empresa fornecedora não tem nenhuma obrigação para cumprir o pedido realizado, então é feito um termo de compromisso de adesão para assegurar a entrega do material.

Outra modalidade usada é a dispensa de licitação. Apesar do nome, não quer dizer que não há licitação, apenas dispensa grande parte da burocracia contatando diretamente a empresa fornecedora. Apesar desta facilidade, nem sempre os preços são os mais satisfatórios e só podem ser gastos oito mil reais por ano em cada finalidade.

Após o recebimento do material, não importando qual o método de aquisição utilizado, os seguintes procedimentos devem ser realizados: verificação da especificação do material de acordo com a nota de empenho, prazo de validade, quantidade de entrega. Terminados estes passos, os materiais devem ser armazenados adequadamente divididos por classes e finalidade. Todos os materiais contem uma ficha de controle de estoque para gerenciar internamente a entrada e saída de materiais e seu destino. Além deste controle interno, há também o controle pelo sistema SISCOFIS (Sistema de Controle Físico).

Todo este processo, desde o início da licitação é arquivado e documentado porque todo ano as unidades são submetidas a uma rigorosa inspeção chamada 9ª ICFEx (Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército).

4 Conclusão

Este estudo buscou analisar o processo de compras no 11º RC MEC, através de uma metodologia descritiva baseada em levantamento documental e entrevista informal constatou-se que o sistema baseia-se, preferencialmente, pregão eletrônico para reduzir custos e é elaborado pedido de materiais com margem para manter em estoque a fim de garantir o suprimento de materiais.

Quanto a essa última constatação é possível aprimorar o sistema de compras baseando-se em um levantamento de demanda, que pode ser elaborado por dados históricos ou através de métodos qualitativos com reuniões entre os solicitantes para melhor definir as quantidades e reduzir o montante de pedidos.

Além disso, o sistema é falho e tem muito que evoluir, pois, o sistema não permite a especificação de marcas e com isso a organização acaba com materiais de baixa qualidade porque o preço menor foi o fator decisivo na escolha e não a qualidade.

Referências

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da Produção e Operações. 8° Ed. São Paulo, 2008.

MONTES ALTO, Clélio Feres; PINHEIRO, Antonio Mendes; ALVES, Paulo Caetano. Técnicas de Compras. 1° Ed. Rio de Janeiro, 2009..